



## 1. Resumo Executivo

A monitorização e avaliação (M&A) de políticas públicas em Angola permanece **incipiente, fragmentada e pouco institucionalizada**, apesar da existência de instrumentos legais, programas públicos relevantes e iniciativas avaliativas pontuais. A escassez de relatórios de avaliação disseminados publicamente, a dependência de parceiros externos e as assimetrias entre setores governamentais comprometem a transparência, a aprendizagem organizacional e a tomada de decisão baseada em evidências.

Este policy paper sintetiza as evidências empíricas recolhidas a partir da análise documental dos portais ministeriais e de três casos emblemáticos de avaliação pública (educação básica, proteção social e ensino superior). Com base nesses dados, identifica os principais bloqueios institucionais e metodológicos e apresenta opções concretas de política para fortalecer os sistemas de M&A em Angola, com destaque para a criação de um organismo nacional autónomo de avaliação, o reforço da capacidade técnica local e a integração efetiva da avaliação nos processos de planeamento e decisão governamental.

## 2. O Problema de Política

### 2.1 Por que a avaliação importa

Sistemas robustos de M&A permitem:



Melhor alocação de recursos públicos



Correção de políticas ineficazes



Transparência e prestação de contas



Aprendizagem institucional contínua

Em contextos de forte pressão fiscal e social, como o angolano, avaliar não deve resultar de boas intenções, nem de práticas de cumprimento administrativas. Defende-se que o foco deve ser deslocado para uma condição em que a avaliação é assumida como **prática de boa governação e de uma cidadania social**.

### 2.2 Situação actual em Angola

As evidências disponíveis indicam que:

- Apenas uma minoria dos ministérios divulga relatórios de avaliação;
- Predominam documentos descritivos (balanços e regulamentos), com poucos estudos de impacto;
- A avaliação ocorre de forma isolada, sem coordenação intersetorial;
- Existe forte dependência de parceiros internacionais para desenho e execução das avaliações.

❑ O resultado é um sistema onde a avaliação **não retroalimenta as decisões de política** nem gera aprendizagem institucional sistemática.

# 3. Evidências-Chave

## 3.1 Panorama institucional

A análise dos portais oficiais dos órgãos ministeriais, de janeiro de 2024 a janeiro de 2025, revela:

<b>Baixa disseminação pública</b> Baixa disseminação pública de relatórios de M&A	<b>Assimetrias sectoriais</b> Assimetrias significativas entre setores (educação e ensino superior concentram a maioria dos documentos)	<b>Sem agenda nacional</b> Ausência de uma agenda nacional de avaliação	<b>Articulação frágil</b> Fragilidade na articulação entre planeamento, execução e avaliação
--	--	--	---

## 3.2 Lições dos estudos de caso

A análise de três avaliações públicas permite extrair lições relevantes:

Estudo de Caso	✓ Pontos Fortes	⚠ Limitações
<b>Educação básica</b> (Avaliação Nacional das Aprendizagens)	Uso de instrumentos padronizados e amostragem representativa	Limitações na integração sistemática dos resultados nas reformas curriculares
<b>Proteção social</b> (Programa KWENDA)	Abordagem de métodos mistos e escuta dos beneficiários	Fragilidades na inferência causal e ausência de grupo de controlo
<b>Ensino superior</b> (Avaliação Externa e Acreditação)	Existência de quadro normativo e instrumentos detalhados	Riscos de captura institucional e limitações na independência dos avaliadores

❑ Estas experiências demonstram que **há capacidade instalada, mas esta não se converte num sistema integrado e sustentável de M&A.**

# 4. Principais Desafios Identificados

- Fragmentação institucional**  
As avaliações são conduzidas sem coordenação horizontal ou vertical.
- Dependência externa**  
Impinge limitações à autonomia, à continuidade e à apropriação institucional.
- Baixa capacidade técnica local**  
Ocorre especialmente em metodologias de avaliação de impacto e análise causal.
- Uso limitado dos resultados**  
As avaliações raramente informam decisões orçamentais ou reformulações de políticas.
- Cultura de confidencialidade**  
Classificação excessiva de documentos reduz transparência e accountability.

## 5. Opções de Política

### Opção 1 – Criar uma Agência Nacional de Monitorização e Avaliação

**Descrição:** Instituição autónoma, com mandato legal para coordenar, normatizar e supervisionar as práticas de M&A.

**Vantagens:** Reduz fragmentação; Aumenta credibilidade e independência; Facilita comparabilidade entre setores.

**Riscos:** Resistência política; Risco de captura institucional, se não houver salvaguardas.

### Opção 2 – Reforçar a capacidade técnica local

**Descrição:** Investimento sistemático em formação de avaliadores, quadros ministeriais e parceiros nacionais.

**Vantagens:** Reduz dependência externa; Aumenta sustentabilidade; Fortalece apropriação dos resultados.

**Riscos:** Resultados de médio/longo prazo; Necessidade de financiamento contínuo.

### Opção 3 – Integrar a avaliação ao ciclo de planeamento e orçamento

**Descrição:** Vincular resultados de M&A às revisões de políticas, à alocação orçamental e à prestação de contas.

**Vantagens:** Aumenta relevância da avaliação; Incentiva uso efetivo das evidências.

**Riscos:** Resistência de setores menos performativos; Exige mudanças procedimentais.

### Opção 4 – Adotar abordagens metodológicas proporcionais

**Descrição:** Utilizar diferentes frentes analíticas – correlação, inferência causal e contribuição – conforme o tipo de política e a disponibilidade de dados.

**Vantagens:** Flexibilidade metodológica; Adequação a contextos complexos; Redução de avaliações simbólicas.

**Riscos:** Necessidade de orientação técnica clara; Risco de uso inadequado se não houver padrões mínimos.

## 6. Recomendações Prioritárias

01

### Agenda Nacional de M&A

Estabelecer uma Agenda Nacional de Monitorização e Avaliação, com prioridades claras e cronograma público.

02

### Organismo autónomo

Criar um organismo nacional autónomo de M&A, com salvaguardas de independência técnica e política.

03

### Publicação normatizada

Normatizar a publicação de relatórios de avaliação, como regra e não exceção.

04

### Capacitação técnica

Investir em capacitação técnica local, com foco em avaliação de impacto e uso de evidências.

05

### Avaliação vinculada à decisão

Vincular resultados de avaliação à tomada de decisão, especialmente no planeamento e orçamento.

## 7. Conclusão

A avaliação de políticas públicas em Angola não deve ser tratada como um exercício burocrático ou meramente procedimental. As evidências mostram que existem iniciativas relevantes, mas dispersas e pouco articuladas. Transformar a avaliação num instrumento efetivo de governação exige que as decisões sejam políticas claras, os arranjos institucionais robustos e o investimento contínuo em capacidades técnicas.

Mais do que avaliar por conformidade, o desafio central é **avaliar para aprender, corrigir e melhorar** – colocando a avaliação ao serviço do interesse público, da cidadania social e do desenvolvimento sustentável.